



# Amazônia: Quinhentos Anos de Cobiça

Jorge Calvário dos Santos\*

O artigo ocupa-se de um tema que tem, em *A Defesa Nacional*, seu mais insistente divulgador. Ele representa mais uma contribuição a se juntar às fontes de pesquisa sobre a Amazônia, assunto cuja atualidade não se esgota.

**A** Amazônia é conhecida por todos como região de fantásticos recursos naturais de toda ordem. Muito cobiçada e ainda pouco explorada, pelo seu extraordinário potencial a região cada vez mais se revela promissora para a efetiva solução de problemas que afligem o ser humano. Por esse potencial, e por seu posicionamento geopolítico, tem sido cobiçada há mais de quinhentos anos.

## O INTERESSE É ANTIGO

Vicente Yañes Pizon, em março de 1500, descobriu a foz de um imenso rio - a

*boca del Rio Grande, o Mar Dulce, Tierras Nuestra Señora de la Consolação y del Rastro Hermoso, ou Santa Maria de la Mar Dulce.*

Foram os espanhóis, por intermédio de Gonzalo Fernandez de Oviedo y Valdez, que colocaram a Amazônia no campo das cogitações universais. Valdez, em carta ao Cardeal Pedro Bembo, descreveu a façanha de Francisco de Orellana e deu a primeira notícia sobre a extensão do rio e o valor econômico da região. Foi Orellana quem percorreu o rio em sua maior extensão, vindo de Quito e alcançando o Atlântico, em 1541.

Orellana voltou à Amazônia em 1545. Queria conquistá-la em definitivo. Foi malsucedido. Anos mais tarde, outro espanhol, Pedro de Ursua, inicia expedição partindo do Peru em direção ao Atlântico. Nessa expedição Ursua perdeu a vida, alcançando, porém, o Atlântico.

Pelo Tratado de Tordesilhas a região enquadrava-se, em quase sua totalidade, na área reconhecida como pertencente à Espanha. Embora tivessem os espanhóis a glória das primeiras expedições descobridoras, foram os ingleses e os holandeses, pelo que a Amazônia já representava como império

\* Coronel-Aviador. Do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra.

de matéria-prima cobiçada na Europa, que se lançaram ao negócio, com decisão e impetuosidade.

Holandeses e ingleses, partindo das Antilhas, chegaram à Venezuela e à Guiana, entre o Orinoco e o Oiapoque. Mais tarde, alcançaram o litoral entre o Oiapoque e o Amazonas, onde penetraram e lançaram as bases de uma área colonial. Nos primeiros anos limitaram-se a missões de reconhecimento. Várias expedições com esse objetivo foram realizadas. Walter Raleigh, um dos interessados na região, publicou uma obra onde apresentava a Guiana e a Amazônia como um mundo paradisíaco que faria a felicidade do gênero humano.

Em 1599, os holandeses penetraram o Amazonas e estabeleceram pequenas feitorias defendidas por posições armadas. Em 1600, os holandeses instalaram as feitorias de Orange e Nassau, na região do Xingu, bem dentro da bacia amazônica. Em 1611, os ingleses começaram a se estabelecer no delta do Amazonas, após uma experiência nas margem do Oiapoque. Em 1613, Robert Harcourt conseguiu, por carta patente da

Corte inglesa, *os territórios compreendidos entre o Amazonas e o Essequibo*. Em 1616, os holandeses se instalaram entre Gorupatuba e o Jenipapo, no baixo Amazonas, onde fundaram uma colônia e um forte. Por uma carta patente expedida em 5 de setembro de 1614, uma companhia inglesa foi criada; porém, posteriormente cancelada por Jaime I, após protesto de Felipe II. Irlandeses e ingleses aumentavam suas colônias. Em 1621, Bernardo O'Braien fundou um fortim no lugar denominado Cocodivae e realizou explorações a oeste. Em 1626, era constituída a Companhia da Guiana, com sede em Londres. Uma carta patente, expedida por Carlos I, autorizou-lhe a posse das terras e águas entre o Amazonas e o Essequibo. O projeto não foi adiante. A reação às atividades inglesas e holandesas aumentavam de intensidade. Em 1626, os holandeses, a serviço da Companhia das Índias Ocidentais, montavam, na altura de Gurupá, um forte. No Xingu tinham a feitoria de Mondituba e outra perto de Macapá. Em 1628, James Purcell lançou os fundamentos de um forte, deno-

minado Torreço. Uma terceira companhia, incorporada por Thomas Howard, Conde de Berkshire, em 1632, pretendeu criar na Amazônia a grande base inicial do Império Britânico na América do Sul. A seu mando, foi estabelecida uma posição fortificada no local chamado Cunaú.

A cobiça britânica pela Amazônia não se manifestava apenas naquelas tentativas. Em 1630, Carlos I, diferindo de Jaime I quanto à questão, ignorando os protestos espanhóis, recebia um apelo de interessados na conquista definitiva da Amazônia. Programava-se, sob a proteção da armada inglesa e a intervenção direta da Coroa, a ocupação da região. Mas o vigor da reação dos luso-brasileiros foi desestimulante para seus projetos.

Desde 1580, Portugal e Espanha compunham uma monarquia unificada. Embora a reação se fizesse em nome de Espanha, contudo era um esforço dos portugueses e dos lusos-brasileiros. Os portugueses e seus descendentes enfrentavam o invasor com determinação e decisão. O esforço foi de tal ordem, que a cobiça começou a perder

intensidade, para encerrar-se de vez.

A reação portuguesa pode ser assim resumida:

1616 - Pedro Teixeira e Gaspar de Freitas de Macedo atacaram um navio holandês que se aproximava do Forte do Presépio, afundando-o. Fundaram o Forte do Presépio, na boca do grande rio onde hoje se encontra a cidade de Belém, o braço melhor para a navegação.

1621 - Criação do Estado do Maranhão e Grão-Pará como autêntica marca ao norte do Estado do Brasil.

1623 - Luís Aranha de Vasconcelos e Bento Maciel Parente atacaram as povoações inglesas e holandesas localizadas ao longo do Amazonas. Destruíram os fortes e afundaram os navios.

1625 - Pedro Teixeira, Pedro da Costa Favela e Jerônimo de Albuquerque assaltaram posições holandesas e inglesas do Xingu, destruindo-as.

1629 - Pedro Teixeira e Pedro da Costa Favela tomaram o Forte de Torrego.

1631- Jacome Raimundo e Noronha e Pedro da Costa Favela apoderaram-se do Forte North, no litoral

do Macapá. Feliciano Coelho destrói o Forte Cumaú.

1637 - Expedição de Pedro Teixeira, que chegou a Quito, nos Andes.

1639 - João Pereira Cáceres, comandante da praça forte do Gurupá, apoderou-se de um navio holandês que tentava desembarcar colonos.

1648 - Sebastião Lucena de Azevedo destruiu as fortificações holandesas dos lagos da região de Macapá.

Em 1644, projetava-se na Inglaterra uma tentativa final de estabelecer na Amazônia uma colônia bretã. Em vários portos era preparada a armada que deveria executar o programa expansionista. O embaixador de Portugal procurou, junto ao Parlamento, impedir que o projeto se tornasse realidade. Advertindo e ameaçando de represálias, em Portugal, aos comerciantes ingleses, conseguiu evitar que o projeto tivesse continuidade.

A soberania portuguesa era restaurada. A cobiça, porém, não cessou. D. João IV deferiu pedido de um grupo de católicos irlandeses, chefiados pelo Capitão Pedro Sveltman, que alegava perseguição por motivos religiosos, nas Antilhas. Os

irlandeses ocuparam as terras acima de Gurupá. Muitos foram os alertas quanto ao perigo, feitos a D. João IV. Graças à resistência que foi feita nos meios governamentais, o projeto irlandês não foi adiante. Encerra-se assim a primeira fase do interesse britânico pela Amazônia.

Os interesses franceses pela Amazônia começaram no século XVI. Até então esses interesses eram pelo litoral nordestino. Em 1605, Henrique IV outorgara, a Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardière, a concessão de terras situadas entre a Amazônia e a Ilha da Trindade. Em 1624, Daniel de La Touche teve assegurado o direito e a obrigação de efetuar a incorporação da Guiana.

Com a ascensão de Colbert a política colonial francesa tomaria forte impulso. As pretensões francesas atingiram a margem esquerda do Amazonas, e os estabelecimentos portugueses no Amapá foram destruídos. A reação logo se fez presente. Francisco de Sousa Fundão e João de Bittencourt Muniz derrotaram os franceses, ao tempo em que os portugueses construíram várias fortificações e mantiveram

constantes reconhecimentos geográficos.

Fundamental foi a política que os portugueses promoveram para manter em seu poder, sob sua soberania, o grande espaço amazônico que haviam descoberto, desbravavam e defendiam com tanta sagacidade e com tanta bravura. Fechando a Amazônia aos estrangeiros, que poderiam pôr em perigo a soberania que exerciam, os portugueses, por vários atos, nos séculos XVII e XVIII, demonstraram essa decisão firme.

Portugal, cioso da Amazônia, defendia-a, com a porta fechada, do apetite dos estrangeiros. Mantinha-se, desse modo, fiel a uma política realista, que lhe assegurava uma soberania mais ou menos tranqüila.

Muitas foram as expedições com pretensões científicas nos séculos XVIII e XIX. Dentre as mais importantes estão:

Charles Marie de La Condamine (1771-74); Johann von Natterer (1829-35); Johann Baptist von Spix (1820); Karl Friedereich Philipp von Martius (1820); Eduardo Poeping (1832); Alcide D'orbigni (1834); Robert Schomberg (1834-39); Richard Schomberg

(1840-44); Castelman (1843-47); Caetano Osculatti (1847); Adalberto da Prússia (1843); Tardy de Montravel (1846); Henry Walter Bates (1848-59); Alfred R. Wallace (1848-52); William Lewis Herdon e Lardner Gibbon (1851-52); Richard Spruce (1849-64); William Chandlers (1861-65); Luiz Agassiz (1865-66); James Orton (1867); Charles Frederic Hartt (1867); Franz Keller-Leuzinger (1865); José e Francisco Keller (1869); Orville Derby (1870); Eward D. Mathews (1873); Jules Crevaux (1876-79); Carl von Stein (1884); Elmano Stradelli (1889); Henry Coudre (1882-89); Olímpia Condreau (1882-1903); Levy Strauss, Curt Niuendajn, Paul de Coite, A. Metraux, Pierre Gourou, Pierce Deffontaines, Haroldo Sioli, Wrnest Fittkan, H. Klinge e outros.

No decorrer do período colonial, a Amazônia permaneceria fechada aos estrangeiros. Tal medida visava a impedir o contrabando, a exploração de recursos naturais e também a instalação de fortes ou vilas por intrusos de outros países.

Com a Independência, e sem que houvesse ato ex-

presso no sentido de abrir a região ao estrangeiro, eles começaram a procurá-la. Os agentes consulares da França, Inglaterra e dos Estados

*Portugal, cioso da Amazônia, defendia-a, com a porta fechada, do apetite dos estrangeiros. Mantinha-se, desse modo, fiel a uma política realista, que lhe assegurava uma soberania mais ou menos tranqüila.*

Unidos logo aí se instalaram. O interesse pela Amazônia estava claro. Nos Estados Unidos crescia a versão de que o Brasil cometia um crime contra os interesses da humanidade, com a política de restrições à navegação interna por barcos estrangeiros.

Os Estados Unidos, a partir de meados do século XIX, passaram a advogar a abertura da Amazônia ao comércio, imigração e colonização. Com base no destino manifesto e a idéia de superioridade da raça anglo-saxônica, os norte-americanos advogavam a substituição das monarquias por repúblicas, a serem instaladas com sua ajuda. Por trás dessa política estava a predisposição expansionista norte-americana, que ambicio-

nava a América Central e a Amazônia. Na oportunidade, surgiram expedições científicas, que concorreram para esse fim.

No início de 1850, o Governo norte-americano iniciou um ambicioso projeto de levantamento.

Durante algum tempo, a campanha em favor da abertura do Amazonas, iniciada em 1850, foi dirigida por um oficial da Marinha norte-americana, o Tenente Matthew Fontaine Maury, Diretor do Observatório Naval. Artigos de jornais e documentos endereçados ao Governo norte-americano a respeito da Amazônia apresentavam a região como o paraíso das matérias-primas, área que aguardava as raças fortes e decididas para a empresa de sua conquista científica e econômica. Por fim, aquele oficial defendeu a tese de que a Amazônia não poderia permanecer trancada à humanidade. Maury publicou na revista *Bow's Review* um artigo em que desenvolveu uma teoria segundo a qual o Golfo do México e a Amazônia faziam parte de um mesmo complexo geográfico e, conseqüentemente, o Amazonas seria uma extensão do Mississipi. Tam-

bém defendia a tese de que as comunicações entre o Pará e Nova York eram mais fáceis e curtas do que entre o Pará e o Rio de Janeiro e, por conseqüência, seria mais fácil governar as regiões banhadas pelo Amazonas, de Washington do que da capital do Império do Brasil.

Em 1850, o Governo norte-americano iniciou um levantamento que incluiu os territórios do Brasil, Argentina, Paraguai, Bolívia e Chile, através da exploração das bacias Platina e Amazônica.

O levantamento da bacia Amazônica foi realizado pelas expedições dos tenentes William Lewis Herndon e Laradener Gibbon, em 1851 e 1852. As expedições faziam parte dos planos de Maury, para a abertura do Rio Amazonas à navegação internacional e à expansão norte-americana na Amazônia. Maury considerava que a livre navegação do Amazonas era necessária para o bem-estar e prosperidade dos Estados Unidos.

Paralelamente, o Governo norte-americano, através de Maury, iniciou campanha para forçar o Brasil a abrir o Rio Amazonas à navegação. Também nesse ano, o Secretário de Estado dos

Estados Unidos revelou a intenção do Departamento de Estado ao Secretário da Marinha, em correspondência que dizia *considerar medidas assegurando para cidadãos americanos a navegação do Amazonas e de seus tributários*. Para tanto, seria solicitada ao Governo brasileiro permissão para que uma corveta subisse o Amazonas. O Governo Imperial negou a permissão. Entretanto, a exploração dos rios Amazonas e Madeira foi realizada pelas expedições dos tenentes Herndon e Gibbon e que foram iniciadas no Peru e na Bolívia.

Os argumentos usados para justificar a abertura da navegação no Rio Amazonas eram o comércio, a necessidade de progresso, a elevação do Brasil ao nível dos países civilizados e, também, como um ato absolutamente necessário para o bem-estar dos Estados Unidos da América do Norte. Entretanto, a campanha para a abertura do Rio Amazonas colocava em questão o direito de soberania brasileira sobre a região e procurava demonstrar, pelos argumentos utilizados, a ascendência dos direitos norte-americanos para a incorporação da região aos Estados Unidos.

A campanha de difamação, iniciada devido a recusa do Governo em abrir o Rio Amazonas, levou D. Pedro II a convocar o Conselho de Estado, em 1º de abril de 1854, sendo as pretensões norte-americanas prontamente rejeitadas. Em decorrência da decisão, foi viabilizada a criação de empresa brasileira de navegação no Amazonas pelo Visconde de Mauá. Não obstante, a Amazônia continuou a ser vista como solução para os norte-americanos, ainda que temporariamente esquecida por ocasião da guerra civil nos Estados Unidos.

A cobiça mais efetiva e direcionada começou, como vimos, no século XVI, quando os ingleses, os holandeses e os franceses tentaram possuí-la. Os interesses da humanidade sempre foram utilizados como argumento pelos que pretenderam dominá-la. Os norte-americanos, quando procuraram forçar o Brasil à abertura do rio ao comércio internacional, falavam a linguagem desse interesse coletivo.

### A FALÁCIA DO DISCURSO AMBIENTAL

O ex-presidente norte-americano George Bush,

durante seu governo, exerceu fortes pressões quanto à questão da preservação do meio ambiente, chegando mesmo a interferir em assuntos internos brasileiros. Tal atitude foi demonstrada por sua intervenção junto ao Governo japonês, no sentido de impedir a suposta participação financeira do Japão na conclusão da rodovia BR-364, que liga o Acre ao porto peruano de Callao, tendo alegado que pretendia *evitar danos ao meio ambiente amazônico*.

No mês de janeiro, antes de tomar posse, Bush deu o sinal verde para a deflagração de uma surpreendente ofensiva de representantes do Congresso norte-americano, apoiada por uma maciça cobertura da imprensa internacional, com o intuito explícito de impor ao Brasil a mais recente inovação dos grupos financeiros que dirigem a campanha ecologista mundial: as trocas de títulos da dívida externa por projetos de conservação da natureza.

Essa conduta não é casual. Durante a campanha eleitoral, Bush assumiu inúmeros compromissos, tanto com os grupos conservacionistas quanto com a comunidade financeira de seu

país, com o propósito de conciliar, por meio de trocas de *dívida por natureza*, os interesses de ambos. Sob esse aspecto, foram sistemáticas as nomeações do ex-Secretário do Tesouro, James Baker III, como o novo Secretário de Estado e a de William Reilb, diretor do *World Wildlife Fund* (WWF) e da *Conservation Foundation*, duas das maiores organizações ecológicas do mundo, para a Agência de Proteção Ambiental (EPA). Baker e Reilb foram os proponentes originais das trocas de dívida externa por projetos de conservação da natureza, já impostas aos governos da Bolívia, Equador e Costa Rica.

O Presidente George Bush não foi o primeiro mandatário norte-americano a manifestar interesse pela preservação ambiental da floresta Amazônica. Em 1902, o então Presidente Theodore Roosevelt, entusiasmado com o *rush* da borracha, participou ativamente do esforço de um consórcio internacional, o *Bolivian Syndicate of New York*, para apropriar-se da maior parte territorial do Acre, então objeto de litígio entre o Brasil e a Bolívia.

Em 1913, Henry Osborn, Diretor do Museu de História Natural de Nova York, juntamente com o *Smithsonian Institution*, do nascente movimento conservacionista dos Estados Unidos, e o Museu de História Natural fundaram o movimento eugenésico, o qual, como parte de sua política de *higiene racial*, propunha a esterilização forçada de inválidos e deficientes físicos e a restrição de indivíduos não-brancos ao país.

Em 1932, Osborn, juntamente com Averell Harriman, John D. Rockefeller e Andrew Carnegie, organizaram a Terceira Conferência Eugenésica Internacional em Nova York, na qual elegeram-se para a presidência da Federação Internacional de Organizações Eugenésicas o Dr. Ernest Rudim - o mesmo que, mais tarde, escreveria as leis raciais de Adolf Hitler.

Após a Segunda Guerra Mundial, com o desprestígio das idéias raciais, os grupos conservacionistas herdeiros da tradição de Roosevelt reagruparam-se ao redor da *International Union for the Conservation of Nature* (IUCN), com sede na Suíça, e de seu bra-

ço norte-americano, a *Conservation Foundation*, criada em 1948 - as quais tiveram, como principal patrocinador, Fairfield Osborn, filho de Henry Osborn.

Desde então, a linha-mestra da atração da *Conservation Foundation* tem sido o patrimônio das mesmas políticas oligárquicas de controle dos recursos naturais e a limitação do crescimento da população não-branca, sob o disfarce da *proteção da natureza*. No governo Bush, tais políticas, que adquiriram *status* oficial a partir do governo Carter, alcançaram a sua culminância, com a nomeação do presidente da Fundação, William Reilly, para a Agência de Proteção Ambiental (EPA), dos Estados Unidos.

A UNESCO criou, em 1948, o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica. Esse órgão, embora apresentado como de pesquisa científica, visava, entretanto, à ocupação da Amazônia pela principais nações européias, com a eliminação do exercício da jurisdição territorial brasileira. O projeto constou do Acordo de Iquitos, tendo sido assinado pelo Brasil, dentre outros signatários. O Con-

gresso Nacional não ratificou o projeto do Instituto, que se constituiu em mais uma tentativa de intervenção estrangeira.

Na década de 1960, o *Hudson Institute* elaborou o Plano Mar Mediterrâneo Amazônico, que previa a construção de sete grandes lagos na Amazônia continental. Seu objetivo oficial era o de facilitar a navegação do Brasil com os outros países amazônicos. O Projeto não se efetivou, em face da reação nacional.

Em janeiro de 1989, o Brasil recebeu, coincidentemente, as visitas do Vice-Primeiro-Ministro da Holanda, Rudolf Koorte e de uma comissão de parlamentares dos Estados Unidos. Nessa oportunidade, recrudescer uma campanha de pressões internacionais para impor ao País o esquema da troca de títulos da dívida externa brasileira por supostos projetos de conservação da natureza.

As propostas apresentadas, inicialmente rechaçadas pelas autoridades brasileiras, não estão inspiradas em preocupações ecológicas ou em intenção de solucionar o problema da dívida externa. Na realidade, as preocupações dos visi-

tantes pareciam as de lobistas a serviço de grandes grupos financeiros internacionais, que se beneficiariam enormemente com a adoção do esquema de troca da dívida externa por projetos ecológicos.

O interesse holandês na combinação dos problemas ecológicos com a questão da dívida externa foi ratificado pelo patrocínio de duas conferências internacionais sucessivas, em Haia, no mês de março. A primeira contou com a participação de dezessete chefes de Estado, teve o objetivo de criar uma nova ordem ecológica internacional, baseada na cessão de *parcelas da soberania*, como exigido explicitamente pelos líderes franceses François Mitterrand e Rocard. A segunda conferência foi patrocinada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelo *Nederlandische Middenstandsbank* (NMB). Contou com a participação do Secretário do Tesouro norte-americano, Nicholas Brady, e do presidente do comitê de bancos credores, William Rhodes. Nessa conferência, foi examinado o Plano Brady, cuja adoção é particularmente atrativa para os interesses públicos e privados, por *oficializar* as

operações do mercado paralelo dos títulos da dívida externa e não devido a um muito nobre interesse pela natureza.

Como se pode deduzir, os líderes franceses Mitterrand e Rocard não cometeram qualquer deslize diplomático, ao exigirem do Brasil, na conferência de Haia, a *renúncia a parcelas de soberania nacional*, para facilitar a solução de problemas do meio ambiente. Assim sendo, vemos que isso constitui um elemento fundamental da estratégia de poder.

Os trabalhos da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, mais conhecida como a Comissão Brundtland, representam a fase mais avançada do esquema de reorganização da ordem de poder mundial conciliada entre as elites político-financeiras do *establishment* ocidental e a cúpula da *Nomenklatura* soviética. Estas encontraram na proteção do meio ambiente mundial, um oportuno pretexto para a imposição de um sistema de soberanias limitadas, fundamental para o controle dos recursos naturais do planeta.

Esse esquema tem sido ostensivamente apoiado pelas principais lideranças da Internacional Socialista, como Willy Brandt, Mitterrand, Rocard e outros.

No prefácio do relatório da Comissão Brundtland, *Nosso Futuro Comum* (1987), a presidenta da Comissão, a Primeira-Ministra Social-Democrata da Noruega, Gro-Harlem Brundtland, reconhece que seus trabalhos são a continuação daqueles iniciados pelas Comissões Brandt e Palme.

Em seus trabalhos, a Comissão Brundtland coordenou e incorporou as sugestões de centenas de organizações ecologistas. Nesse particular, ressalta o grande número de colaboradores do Brasil, detentor das maiores extensões de florestas equatoriais do planeta e alvo de campanhas ecológicas internacionais.

A limitação de soberania constitui um dos princípios fundamentais do relatório *Nosso Futuro Comum*. Textualmente: ... *o conceito de soberania nacional foi basicamente alterado pela interdependência nos campos econômicos, ambiental e segurança. Os bens comuns a todos não podem ser geridos a partir*



*de um centro nacional: o Estado-Nação não basta quando se trata de lidar com ameaças a ecossistemas que pertencem a mais de um país. Só é possível lidar com ameaças à segurança ambiental através de administração conjunta e de processos e mecanismos multinacionais.*

O principal fundamento ideológico que orienta as conclusões do relatório da Comissão Brundtland é o conceito de *desenvolvimento sustentado*. A idéia, obsessivamente repetida ao longo de *Nosso Futuro Comum*, não constitui novidade. Ela representa uma retomada das teses do Clube de Roma, condicionando o desenvolvimento econômico e o crescimento demográfico a uma base *limitada* de recursos naturais.

A Comissão incorre, também, na mesma falácia divulgada pelo Clube de Roma, ao vincular diretamente as perspectivas do desenvolvimento sustentado à limitação do crescimento demográfico: *A cada ano, aumenta o número de seres humanos, mas permanece finita a quantidade de recursos naturais destinados ao sustento dessa população. ... Um aumento*

*populacional excessivo faz com que os frutos do desenvolvimento sejam repartidos por um número cada vez maior de pessoas, não permitindo que, em muitos países em desenvolvimento, os padrões de vida se elevem: é imperativo reduzir as atuais taxas de aumento populacional a fim de se atingir o desenvolvimento sustentável.*

Segundo a Comissão, a concretização de suas recomendações exigirá mudanças radicais nos atuais sistemas jurídico e financeiro internacionais, particularmente no que concerne à inclusão de *condicionalidades ecológicas*, na concessão de novos créditos aos países em desenvolvimento: *Seria mais fácil a transição para o desenvolvimento sustentável, se cada agência de assistência ao desenvolvimento e o FMI passassem a contar com um escritório de alto nível, com autoridade e recursos para assegurar que todos os projetos, políticos e condições de empréstimos apoiem o desenvolvimento sustentável...*

Nesse contexto, a suspensão dos créditos do Banco Mundial aos grandes empreendimentos de infraestrutura energética, especi-

almente aos projetos hidrelétricos na bacia Amazônica, constitui já o início da concretização das diretrizes da Comissão Brundtland.

Para coordenar a implementação de todo o plano, a Comissão Brundtland sugere o reforço do papel de organizações não-governamentais, com a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), e a criação de um *Tribunal Ambiental Mundial* e de um *sistema bancário internacional* para financiá-lo: projeto que se encontra em pleno andamento.

Segundo notícia veiculada pelo jornal londrino *Financial Times*, em 6 de maio de 1989, o tema de então recente reunião entre o Secretário de Estado James Baker III e o Chanceler soviético Eduard Shevarnadze foi o estabelecimento de um eixo de poder, leste-oeste.

Um dos temas centrais nas negociações para o estabelecimento de um condomínio de poder mundial tem sido a implementação das recomendações da Comissão Brundtland.

O estabelecimento de um eixo de poder entre o leste e o oeste não é fruto da atualidade. Nas primeiras décadas do século, im-

portantes grupos financeiros da oligarquia ocidental participaram ativamente da ascensão dos bolcheviques ao poder, na Rússia. A intervenção foi apoiada por intelectuais britânicos ao redor de H. G. Wells, Julian Huxley (UNESCO, UICN, WWF), seu irmão, Bertrand Russel, e outros. Stalin interrompeu o processo. Após a sua morte, ressurge a idéia do condomínio mundial com as conferências de Pugwash, concebidas por Bertrand Russel e outros.

As reformas internas na União Soviética empreendidas pelo Kremlin constituem a contrapartida soviética para a sua participação nos acordos com a oligarquia ocidental, nos quais as questões ecológicas assumem um peso relevante. Isso ficou demonstrado no discurso de Mikhail Gorbachov, na ONU, em 7 de dezembro de 1988, no qual enfatizou que os problemas do meio ambiente e a população transformam *problemas racionais ou regionais em problemas globais*.

A adesão soviética à *agenda verde global* foi explicada por Shevarnadze, também na ONU, em 27 de setembro de 1988: *Confrontadas com a ameaça de*

*uma catástrofe ambiental, as linhas divisórias do mundo ideológico bipolar estão se desvanecendo. A biosfera não reconhece divisões em blocos, alianças ou sistemas (...) ninguém está em posição de edificar sua própria linha de defesa ambiental independente e isolada.*

No mesmo discurso, o chanceler nomeia o que chama os *nossos aliados na batalha para conter o apocalipse ambiental*. Entre eles, encontram-se *o crescente movimento mundial Greenpeace (...), cientistas ambientais e políticos, crescentemente convertidos em ambientalistas (...) evidenciado no recente apelo formulado pelo movimento Pugwash (...) o relatório Nosso Futuro Comum, preparado pela Comissão Brundtland... a experiência que atesta a possibilidade de remover crescimentos ociosos do corpo da terra.*

Em 22 de fevereiro de 1989, o *Pravda* saudou a *adesão da União Soviética à idéia da segurança ecológica do planeta ... Atualmente, mesmo no Brasil, onde o destino das reservas florestais da Amazônia era considerado assunto interno, ouvem-se vozes cada vez mais altas em apoio aos es-*

*forços coordenados no interesse de salvar estes pulmões do planeta.*

Desse contexto resulta coerente o discurso do diretor do Programa Ambiental das Nações Unidas, Mustafá

*As reformas internas na União Soviética empreendidas pelo Kremlin constituem a contrapartida soviética para a sua participação nos acordos com a oligarquia ocidental, nos quais as questões ecológicas assumem um peso relevante.*

Tolba, lido em Brasília, em 30 de março de 1989, pelo representante soviético Genady Golubev, sugerindo ao Brasil a adesão ao esquema de troca de títulos da dívida por supostos projetos de conservação da natureza e ao conceito de limitação de soberania, ao qual o Brasil reagiu com atitudes severas.

O tema ecologia, impulsionado pelas oligarquias ocidentais e, cada vez mais, pela elite soviética, vem-se tornando o instrumento fundamental da estratégia de divisão do poder global, em substituição à Guerra Fria.

Isso ficou evidenciado, tanto pelos discursos dos

líderes soviéticos, na ONU, como por diversos estrategistas dos lados do Atlântico. É o caso do ex-embaixador dos Estados Unidos na União Soviética, George Kennan, que se manifestou em artigo no jornal *The New York Times Magazine*, intitulado "Depois da Guerra Fria," reproduzido na edição de 11 de março de 1989 do jornal *O Estado de São Paulo*: *Há possibilidades ilimitadas de cooperação útil, mesmo entre governos tão diferentes em inspiração tradicional e ideológica como o americano e o soviético.*

Nesse mesmo artigo, o conhecido soviólogo parafraseia os líderes soviéticos e endossa o sistema de soberanias limitadas, ao afirmar que *o meio ambiente não reconhece nenhuma fronteira nacional e, para se conseguir a máxima eficácia, os esforços nacionais devem ser suplementados pelos internacionais. Esse fato está agora começando a ser amplamente reconhecido na Rússia tanto quanto aqui, e movimentos ambientalistas estão germinando em toda a União Soviética.*

Em outro nível, a cooperação leste-oeste no campo

das questões do meio ambiente e recursos naturais vem-se dando desde a década de 1960, com a participação soviética na criação do Clube de Roma e, particularmente, nas atividades do Instituto Internacional de Análise de Sistemas (IIASA), sediado na Áustria. Em dezembro de 1987, o IIASA, a Universidade de Harvard e as Academias de Ciências da Suécia e da União Soviética reuniram-se para organizar o Projeto Internacional Geosfera-Biosfera (IGBP), em resposta direta às solicitações da Comissão Brundtland, para *estabelecer um sistema confiável de alerta antecipado de riscos e conflitos ambientais.*

Thomas Rosswall, Presidente da Academia Sueca de Ciências, declarou que *a interferência do homem no meio ambiente é maior ameaça ao futuro do planeta, só comparável a uma eventual guerra nuclear.*

Uma argumentação favorável às intervenções militares contra o sul foi sugerida com a chamada Iniciativa de Estocolmo, lançada por alguns chefes e ex-chefes de Estado, como Willy Brandt, Gro-Harlem Brundtland, Jimmy Carter e outros, sugerindo a ampliação das funções do Conselho de Segu-

rança da ONU, para incluir temas como a economia e a ecologia. Na mesma proposta, sugerem um *sistema de emergência global, composto de missões especiais e forças militares coletivas*, alegando que, *como, às vezes, medidas militares têm de ser tomadas, o poder do Comitê Militar e do Conselho de Segurança deve ser revisto.*

Cabe observar que, através do discurso da ecologia, um gigantesco empreendimento de lavagem cerebral vem sendo realizado no ensino, em todos os níveis, por meio de técnicas de persuasão psicológica. Esse empreendimento, conduz e alinha

***Através do discurso da ecologia, um gigantesco empreendimento de lavagem cerebral vem sendo realizado no ensino, em todos os níveis, por meio de técnicas de persuasão psicológica. Esse empreendimento, conduz e alinha o imaginário coletivo ao entendimento de ecologia do modo que convém aos que, através dele, procuram impor um pensamento único.***

o imaginário coletivo ao entendimento de ecologia do modo que convém aos que, através dele, procuram impor um pensamento único.

Como podemos ver, aperta-se o cerco ecológico ao Brasil. Com a tese de que os fins justificam os meios, todos os recursos têm sido usados no sentido de se apropriarem principalmente da energia, dos recursos minerais e da biodiversidade do Brasil.

A questão energética é muito séria, pois sem energia a nação não pode produzir ou desenvolver-se. Uma nação dependente em seu próprio território, naquilo que lhe é mais estratégico, não tem condições de manter sua soberania. Tende sim, a ser colonizada ou controlada por nações mais poderosas.

Para abastecer-se da maior parte dos minerais estratégicos que se consideram de valor crítico para seu potencial de guerra, os Estados Unidos dependem das fontes externas. A imperiosa necessidade de materiais estratégicos, imprescindíveis para salvaguardar o poder militar e nuclear dos Estados Unidos, está claramente vinculada à maciça compra de terras, na Amazônia brasileira. Segundo a revista *Time*, os capitalistas estrangeiros tinham comprado antes de 1967, a sete centavos o acre, uma super-

fície maior do que somam os estados de Connecticut, Rhode Island, Delaware, Massachusetts e New Hampshire.

O Informe da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI sobre a venda de terras (Brasília, 3 de junho de 1968) enumera os casos de venda de terras em vinte milhões de hectares, estendidos de maneira tão curiosa que, segundo a CPI, *formam um cordão para isolar a Amazônia do resto do Brasil*. O então Conselho de Segurança Nacional afirmara: *Causa suspeita o fato de que as áreas ocupadas, ou em vias de ocupação, por elementos estrangeiros, coincidem com regiões que estão sendo submetidas a campanhas de esterilização de mulheres brasileiras por estrangeiros*.

Em 1971, na reunião do Clube de Roma, em Montebelo, no Canadá, Dennis Meadows apresentou seu livro intitulado *Os Limites do Crescimento* (Primeiro Informe do Clube de Roma). O livro examina os cinco fatores básicos que determinavam os limites do crescimento sobre a terra; são eles: população, produção agrícola, recursos naturais, produção industrial e

poluição ambiental. Considerava ainda duas características necessárias para sustentar o crescimento econômico e populacional do mundo. Seus ingredientes são as terras aráveis, a água fresca, os metais, as florestas, os oceanos, a paz, a estabilidade social, o emprego e o progresso tecnológico estável. Esse livro, tal como Malthus defendeu em 1798, sustenta a idéia do esgotamento dos recursos naturais devido ao excesso populacional.

Meadows apresenta um quadro no qual demonstra que a explosão demográfica e o crescimento econômico do mundo, continuados a longo prazo, resultariam catastróficos no próximo século.

Meadows previa que o envenenamento da atmosfera, como resultado da queima de combustíveis fósseis, a poluição das águas dos rios, lagos, mares e oceanos, pelo lançamento de efluentes químicos, e a degradação dos solos, devido à erosão e ao uso extenso de agentes químicos, levariam a humanidade a uma terrível escassez de alimentos, ressuscitando, assim, a velha tese malthusiana. Tal fatalidade poderia ser evitada. Para tanto,

Meadows sugeria a adoção de uma política de crescimento zero, com a pretensão de ser obtido um equilíbrio estável no mundo. As nações do chamado Terceiro Mundo questionaram duramente o modelo proposto. A riqueza dos países industrializados seria estratificada e a pobreza dos países não desenvolvidos seria eternizada.

A partir de 1972, como consequência direta da Conferência de Estocolmo, a comunidade científico-universitária, as lideranças políticas e comunitárias e os órgãos de comunicação de massa vêm-se preocupando com as crescentes pressões demográficas, econômicas, sociais e tecnológicas sobre os ecossistemas do nosso planeta. Uma inquietação não só pelos ecossistemas naturais, mas, também, pelos níveis do desequilíbrio e desigualdade entre os países altamente industrializados, em vias de desenvolvimento e os não desenvolvidos, gerando conflitos e tensões entre as minorias afluentes e as grandes massas desassistidas.

Em 1973, Mihajlo Mesarovic e Eduard Pestel, da Universidade de Hanover, prepararam um novo mode-

lo, intitulado *Momento de Decisão* (Segundo Informe do Clube de Roma), que modifica o modelo proposto por Meadows. Esse modelo apresentou cenários alternativos com simulações de estratégias, permitindo ajustes condicionados às relações populações/alimentos e poluição/recursos naturais não renováveis. Ainda que menos contundente que o primeiro, o segundo informe provocava situações constrangedoras para o desenvolvimento dos países não desenvolvidos, porque dividia o mundo em regiões suscetíveis de maiores ou menores impactos ambientais.

O modelo *Bariloche*, chamado *Catástrofe* ou *Nova Sociedade*, criado em 1976 por Herrera e Scolnick, alertava que o quadro mundial se tornaria insustentável se fossem mantidas as tendências de aumento da concentração de renda em países avançados. A América Latina, tomada como exemplo, deveria multiplicar em 500% o seu crescimento no produto bruto até 1999, para que as grandes massas carentes pudessem ter asseguradas suas necessidades básicas.

O economista holandês Jan Timbergen apresentou

uma nova reformulação teórica do modelo citado, ao publicar, em 1976, o livro *Para uma Nova Ordem Internacional* (Terceiro Informe do Clube de Roma). Timbergen analisa os fatores determinantes dos desequilíbrios e do uso dos recursos naturais entre países desenvolvidos e não desenvolvidos.

Em 1979, em livro intitulado *O Problema do Homem Versus Mutações Feitas pelo Homem*, Aurélio Peccei enfatizou as possibilidades criativas do intelecto humano através do uso produtivo e inteligente dos recursos naturais. Para Peccei, uma nova condição humana na sociedade seria possível, pois, respeitando os valores ecológicos, a ação econômica através da ciência e da tecnologia, faria com que a natureza se tornasse mais produtiva a serviço da qualidade da vida humana.

Sob a presidência de Aurélio Peccei, em 1979, o Clube de Roma reuniu-se no Rio de Janeiro, para discutir os desafios da década de 1980. Importantes contribuições da reunião devem ser consideradas. Lester Brown, ao manifestar-se sobre a inter-relação econômi-

co-ecológica, destacou a dependência humana dos quatro sistemas biológicos interligados: agricultura, criatório, pesca e floresta. Brown alertou para o fato de que as novas fronteiras agrícolas nas florestas tropicais úmidas e densas deveriam ter uma destinação mais nobre que a pecuária extensiva. Para ele, nas próximas décadas, o mundo iria defrontar-se com duas grandes crises: a energética e a alimentícia. Celso Furtado, ao dissertar sobre aspectos polêmicos da confrontação entre países centrais e periféricos, salientou os grandes desafios a serem enfrentados: como estabelecer uma nova convivência mundial, sem as intervenções subjogadoras das nações líderes face à pobreza e à carência dos países pouco desenvolvidos? Como analisar o aparecimento de novos centros dominantes e primazias emergentes, surgindo como potências na Ásia, na América Latina e em outros continentes?

A questão ambiental não pode ser observada separadamente dos problemas econômicos, sociais e políticos. Reduzir a interpretação do universo a fatos e hipóteses meramente

ecológicos ou econômicos ou políticos é conduzir ao fracasso. O reducionismo, a generalização ou a simplificação constituem síndromes que conduzem a falsas ou errôneas conclusões, ou a meias-verdades.

É o que acontece, na maioria das vezes, com as pesquisas dos cientistas e dos ecólogos com relação à Amazônia. O estágio atual do conhecimento amazônico, já bastante adiantado, embora de modo fragmentado, exige de todos os cientistas um grande esforço e integração, no sentido de evitar que posições unilaterais ou dogmáticas venham a prevalecer sobre os fatos e as evidências que ainda serão verificadas e testadas. Infelizmente, é de fácil constatação que a Amazônia vem sendo vítima de uma série de generalizações, falácias, preconceitos, fantasias e delírios de destruição. Muitas delas formuladas sob o disfarce de salvação planetária, a serviço de interesses políticos, imperialistas, alienígenas ou entidades preocupadas em impedir a emergência e o aproveitamento do enorme potencial de nossa fronteira de recursos.

A Amazônia brasileira, nos últimos anos, passou a ser manchete e matéria de reportagens dos principais jornais e estações de televisão dos Estados Unidos e de todo o mundo.

***Reduzir a interpretação do universo a fatos e hipóteses meramente ecológicos ou econômicos ou políticos é conduzir ao fracasso. O reducionismo, a generalização ou a simplificação constituem síndromes que conduzem a falsas ou errôneas conclusões, ou a meias-verdades.***

Em 1987, no Capitólio, Washington D.C., uma comissão de senadores, dentre eles Albert Gore, atual Vice-Presidente dos Estados Unidos, com o apoio e advertência do Chefe do Instituto de Estudos Espaciais Goddard da NASA, emitiu um alerta quanto ao efeito estufa. Imediatamente foi levantada a hipótese de que as queimadas realizadas na Amazônia seriam as responsáveis pela emissão de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) em nível suficiente para provocar o degelo das camadas polares em algumas dezenas de anos.

Em 1988, senadores norte-americanos estiveram no

Acre e em Rondônia e ficaram decepcionados pois não viram o fogo das queimadas. A partir do alerta dos senadores, houve uma mobilização geral nos círculos intelectuais, científicos, políticos, diplomáticos, financeiros e centros geradores de opinião pública, no sentido de que era preciso salvar a Amazônia e sua floresta tropical úmida, em nome da salvação do planeta. Desse modo, velhas teses, hipóteses, meias-verdades, falácias e também certas realidades e constatações a respeito da Amazônia foram projetadas a nível internacional, causando pânico, apreensão, solidariedade, manifestações de massa, vigílias cívicas, fórum de debates, sermões de missionários, movimentos de indigenistas, ecólogos, cientistas e doutores de todas as matizes, ideologias e idiosincrasias. As manifestações chegaram a um tal ponto de pressões e ameaças contra o Brasil, que o senador republicano, Bob Kasten, declarou textualmente: *Quando está em jogo o meio ambiente e especialmente o efeito estufa, as fronteiras nacionais são irrelevantes.* (A Crítica, 3/2/89).

## O CONTROLE DOS RECURSOS MINERAIS

Muitos são os interesses sobre a Amazônia. Inúmeros são os argumentos utilizados para sustentar os interesses. O uso e a manipulação de meias-verdades é constante. Assim sendo a floresta Amazônica passou a ser o foco da atenção e da preocupação mundial, como:

- banco genético da biota universal, responsável pelo processo da evolução biológica sobre a terra;
- reguladora do ciclo hidrológico, responsável pela distribuição das chuvas e do regime fluvial das micro e macrobacias hidrográficas;
- fonte de calor para a manutenção da circulação atmosférica, que transporta para as regiões extratropicais a energia responsável pela estabilidade do clima terrestre;
- emissora de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), resultante das queimadas provenientes da devastação florestal, que seria responsável pelos desastres climáticos tais como: ondas de calor, inundações, seca, furacões, degelo das camadas polares etc.;
- guardiã e curadora da biodiversidade, graças à

heterogeneidade de sua composição de flora e fauna, que abriga significativa parcela da biota universal;

- depositária de classes e variedades genéticas de alta resistência e produtividade que iriam servir à biotecnologia do século XXI, cabendo a nós o papel de preservá-la, em favor da humanidade, da ciência e da produção de alimentos do futuro;

- último refúgio de culturas tribais e primitivas, cujo valor antropológico não pode ser avaliado;

- fonte de recursos naturais, minerais e hídricos suficientes para projetar o Brasil como potência econômica mundial na vigência do terceiro milênio;

- penhor, hipoteca, anticrese e alienação fiduciária - as quatro garantias jurídicas reais para a dívida externa brasileira;

- base geopolítica do contencioso financeiro, industrial, agrícola, comercial e tecnológico gerado pela emergência do Brasil no cenário dos países desenvolvidos do primeiro mundo.

Como vemos, não podemos jamais esquecer as palavras de Samuel Benchimol: *A Amazônia tem valor, mas não tem preço.*

Os países hegemônicos necessitam, para que num futuro próximo possam sobreviver, mantendo os atuais níveis de conforto e de consumo, de recursos energéticos e minerais e, também, de biomassa de que não dispõem. Para suprir tal carência, as principais estruturas de poder mundial visam controlar, a nível mundial, as principais reservas de tais recursos, que lhes são indispensáveis à manutenção de suas superdimensionadas estruturas.

Esse controle está sendo alcançado através da redução da soberania dos países periféricos que aceitaram conduzir seu desenvolvimento segundo modelos que acarretam sua dependência. Esse processo ocorre principalmente com a colaboração e o comprometimento das estruturas de poder desses países.

Os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, mais conhecida como Comissão Brundtland, propõem a imposição de um sistema de soberanias limitadas, fundamental para o controle dos recursos naturais do planeta.

Tendo como um dos princípios fundamentais

do relatório da Comissão Brundtland a limitação da soberania dos países periféricos. Textualmente:

*... o conceito de soberania nacional foi basicamente alterado pela interdependência nos campos econômico, ambiental e segurança. Os bens comuns a todos não podem ser geridos a partir de um centro nacional: o Estado-Nação não basta quando se trata de lidar com ameaças a ecossistemas que pertencem a mais de um país. Só é possível lidar com ameaças à segurança ambiental através de administração conjunta e de processos e mecanismos multinacionais.*

Para alcançar o propósito de controlar os recursos naturais existentes no planeta, a estratégia adotada pelos países centrais exige que o crescimento populacional dos países em desenvolvimento seja controlado e que seu desenvolvimento científico, tecnológico e econômico seja inibido. A referida estratégia tem por base as seguintes premissas:

- deslocamento dos conflitos mundiais para o eixo norte-sul;

- estabelecimento de um sistema de soberanias limitadas sobre várias áreas

do planeta, sob os mais variados pretextos, como a preservação do meio ambiente, o combate ao narcotráfico, a proteção de minorias étnicas como as comunidades indígenas localizadas em regiões de seu interesse, como a Amazônia.

- imposição aos países em desenvolvimento de um *apartheid* tecnológico, para lhes restringir o acesso às tecnologias sensíveis ou duais;

- imposição de políticas econômicas que levam à recessão, à desindustrialização, que levam o país a tornar-se um entreposto de recursos naturais e mão-de-obra barata;

- desmantelamento das Forças Armadas dos países em desenvolvimento, particularmente o Brasil.

As Forças Armadas são imperativo da soberania nacional. Se forem suprimidas ou enfraquecidas nos países em desenvolvimento, esses estarão fragilizados, vulneráveis e possivelmente condenados.

As possíveis intervenções militares das grandes potências na região amazônica vislumbraram-se no desdobramento lógico do processo de reestruturação estratégica da OTAN e das



agências de inteligência estratégica e militar das potências hegemônicas, em preparação para os conflitos por recursos naturais do

***As Forças Armadas são imperativo da soberania nacional. Se forem suprimidas ou enfraquecidas nos países em desenvolvimento, esses estarão fragilizados, vulneráveis e possivelmente condenados.***

norte desenvolvido contra o sul não desenvolvido.

A necessidade de recursos energéticos e de minerais pelos países mais industrializados impôs alterações na maneira de extração e uso dos recursos naturais e, como conseqüência, no modo de convivência do homem com a natureza. Essas alterações provocaram efeitos sobre os controles que a estrutura de poder dos países industrializados vem exercendo sobre os recursos naturais não renováveis, principalmente aqueles localizados nos países do terceiro mundo.

Os países mais ricos e industrializados aceleraram o consumo de seus recursos naturais não renováveis, de modo a manter seu estilo de sociedade. Enquanto

isso, os países classificados como periféricos pelos mais ricos tiveram as suas reservas catalogadas como estoques para o futuro.

No Brasil, o processo de internacionalização do seu subsolo, a despeito dos interesses soberanos do País, vem seguindo um roteiro muito preocupante, sem similar em países de alguma respeitabilidade. É fato conhecido que a previsão de exaustão de alguns minerais, a crise do petróleo e medidas protecionistas adotadas pela quase totalidade dos países aguçaram a cobiça dos grupos transnacionais pelos minérios brasileiros.

Todas as discussões envolvendo organização social, ideologias políticas e sistemas econômicos existentes no mundo atual estão, na verdade, orientadas pelo conflito relativo à posse ou acesso aos bens naturais necessários ao homem.

Energia, matérias-primas, água potável e biodiversidade estão concentradas nos países não desenvolvidos e são, no entanto, esmagadoramente consumidas nos países desenvolvidos. Esse consumo é de tal ordem que já se fazem estimativas do esgotamen-

to das reservas conhecidas de algumas delas.

Estudo publicado pelo Clube de Roma, em 1974, intitulado *Reshaping the International Order* (Terceiro Informe do Clube de Roma), advoga que o exercício da soberania nacional sobre recursos naturais não era justo e que deveria evoluir para o de *soberania funcional*. Esse novo conceito preconiza que teriam direito aos recursos naturais as nações que deles necessitassem e não as nações em cujo território se encontrassem.

De forma clara e incisiva, a esse respeito, Henry Kissinger assim se manifestou: *Os países industrializados não poderão viver da maneira como existiram até hoje, se não tiverem à sua disposição os recursos não renováveis do planeta, a um preço próximo do custo de relação de troca, pelo reajustamento correspondente dos seus produtos de exportação. Para tanto, terão, os países industrializados, que montar um sistema mais requintado e eficiente de pressões e estrangulamentos da consecução dos seus intentos.*

É preciso considerar a fantástica concentração de

recursos minerais no subsolo amazônico. A área lanomami talvez seja a maior província mineral do mundo. Evidentemente isso desperta a cobiça. E as missões religiosas na Amazônia? São mais de cinqüenta. Será que todas elas atuam exclusivamente com intenção de salvar as almas dos indígenas? Será que os indígenas de outras regiões do Brasil recebem o mesmo tratamento por parte de missões estrangeiras?

A esse respeito é importante conhecer o que pensa o *Christian Church World Council*, em suas *Diretrizes Brasil*, publicado em Genebra, em julho de 1981: *É nosso dever garantir a preservação do território da Amazônia e de seus habitantes aborígenes para o seu desfrute pelas grandes civilizações européias, cujas áreas estejam reduzidas a um limite crítico.*

Especial atenção merecem as recentes denúncias contidas em livro editado nos Estados Unidos da América: *Thy Will Be Done. The Conquest of the Amazon: Nelson Rockefeller and Evangelism in the Age of Oil*, escrito pelos jornalistas Gerald Colby e Charlotte Dennett e publicado pela

Harper Collins. O livro mostra como duas das mais poderosas famílias dos Estados Unidos, os Rockefeller e os Townsend, uniram esforços para penetrar na Amazônia. O livro se baseia em documentos colocados à disposição do público pela família Rockefeller, a respeito do seu mais famoso integrante, Nelson Rockefeller, que foi vice-presidente e responsável pelos assuntos interamericanos do Governo norte-americano durante a Segunda Guerra Mundial. O livro mostra como Rockefeller construiu um império econômico na América Latina, com o auxílio da CIA (*Central Intelligence Agency*) e ajudou as missões religiosas de Townsend, recebendo delas informações sobre áreas potencialmente ricas em minérios e petróleo.

Além dos interesses dos países europeus e dos Estados Unidos na livre navegação dos rios amazônicos, o Japão traçou, na década de 1930, um plano de redistribuição da população mundial, através do qual a Amazônia receberia os excedentes populacionais do mundo.

Foram cinco as soberanias que se exerceram sobre as Américas durante mais

de três séculos - a portuguesa, a espanhola, a francesa, a inglesa e a holandesa. Uma política de Estado foi executada a duras penas. A ocupação do espaço fez-se com rapidez. Uma rede de estabelecimentos militares garantiu a manutenção da soberania. A esse respeito assim se manifestou Artur César Ferreira Reis:

*A decisão de permanência da Amazônia no contexto territorial brasileiro não é uma decisão decorrente de impulsos emocionais, como afirmam os que fazem praça de seus comportamentos a serviço de interesses alienígenas, mas uma decisão que consulta o espírito da coletividade amazônica e constitui hoje, também, uma decisão brasileira, pois que a consciência nacional tomou forma definida nesse particular.*

A integridade da nossa Amazônia, como legado do passado e como ação de suas gerações atuais, conseqüentemente, é tarefa a que ninguém pode fugir. Os projetos de sua absorção por outros povos ou organizações internacionais não podem deixar de merecer a nossa repulsa veemente.

A Amazônia conservará a sua fisionomia brasileira

e será o que todos almejam. O valioso patrimônio conquistado pela audácia e bravura dos Pedro Teixeira, Antônio Raposo Tavares, Bento Maciel Parente, Plácido de Castro e outros ilustres brasileiros, incluído na fisiopolítica brasileira, contribuindo para a projeção mundial do Brasil, para o tornar tão respeitado, no âmbito das relações internacionais, quanto os outros. Seria perigoso para a nossa e para as novas gerações se, nesta altura, confessássemos incapacidade de guardar e desenvolver aquele fantástico patrimônio. Vale ressaltar que a unidade do Brasil depende da integridade da Amazônia.

A região amazônica brasileira é, inegavelmente, uma área de grande importância estratégica para o Brasil. Esse fato é devido fundamentalmente a uma série de realidades que compõem o quadro amazônico, entre as quais podemos destacar: extensa fronteira que possui com sete países, vazio demográfico, vasta extensão territorial, riquezas naturais (sobressaindo-se recursos minerais, recursos hídricos, recursos energéticos renováveis, biomassa, base genética da biota e

outras mais). Sua baixa densidade populacional e suas características fisiográficas facilitam a dinamização de uma economia recoletora, porém bastante significativa, que envolve índios, garimpeiros, exploração ilegal de riquezas e outros mais, que atrai os interesses internacionais.

Esses interesses têm atuado, principalmente, em nome da ecologia e dos que receberam a denominação de povos da floresta, mas o objetivo fundamental é o acesso às riquezas minerais estratégicas e energéticas, abundantes na região e em início de esgotamento nos países do hemisfério norte (Europa e América do Norte).

As riquezas, de toda ordem, existentes na Amazônia estão sendo ameaçadas, ostensiva ou sub-repticiamente, valendo-se da inoperância e do absentéismo de muitos dos administradores da coisa pública e da traição e da fraude de outros.

Doloroso é verificar o estímulo à desnacionalização da Amazônia, de um modo ora aberto ora velado, partindo de organizações internacionais, sem a devida postura reativa pela nação brasileira.

Os bens que nos foram confiados, os inúmeros e valiosos recursos da Amazônia, poderão servir aos brasileiros e a toda a humanidade. Os países centrais, depois de destruírem, insanamente riquezas iguais, de que desfrutaram na Ásia, na Europa e na América do Norte, olham com incommensurável cobiça para aquela bacia de utilidades essenciais à vida moderna.

A Amazônia, gigantesca reserva deste sofrido país, corre o risco de ser desnacionalizada. Basta um pouco de interesse para se ver até onde o corte tenta penetrar no corpo do Brasil. Como já disse notável pesquisador amazônico, enquanto é tempo, poderemos cicatrizar a ferida. Depois de partido, impossível será a recuperação. Os brasileiros devem ter sempre em mente as palavras de Osny Duarte Pereira: *a Amazônia exige a vigilância do Brasil*.

Em que pese esse operoso passado, acentuam-se, entretanto, as tendências para um inconsiderado internacionalismo, como estranha aspiração de uma atribuída maturidade nacional, levando os menos avisados a aceitar, como lou-

váveis iniciativas, a entrega dissimulada de nossas riquezas reais e potenciais, o devassamento de nossos mais recônditos sertões à curiosidade suspicaz de técnicos a serviço de estranhas potências, numa lamentável quão injusta afirmação de incapacidade, da qual, felizmente, é formal desmentido nosso passado bandeirante e, no campo das atividades técnicas, o acervo de realizações nacionais dos dois últimos séculos, nessa mesma Amazônia, ora em evidência, realizações em cujo histórico fulguram de par com grandes nomes da ciência mundial, as mais legítimas glórias da ciência e da técnica brasileira.

Como esquecer, uma vez que falamos da Amazônia, o considerável esforço das massas trabalhadoras que para lá afluíram e afluem, em espontâneas migrações, que ocupam e procuram desenvolver a região?

Como esquecer os sacrifícios daquelas centenas de milhares de heróicos patriotas, trabalhadores e técnicos, que deram à Amazônia o melhor de seus esforços pelo progresso e pela grandeza do Brasil? Como admitir a renúncia de tantos

bens acumulados pelo labor secular de gerações brasileiras, nessa verdadeira corrida ao colonialismo, que são as concessões territoriais ao estrangeiro.

O imperialismo político está sendo substituído pelo imperialismo econômico, já nos alertava Artur Bernardes. O colonialismo dá a vez ao neocolonialismo. As nações expansionistas viram que o domínio sobre povos de outra raça, outra língua, outra religião e outros costumes é odioso e desperta o orgulho pela Pátria, que o nacionalismo incita os ânimos à revolta e às reivindicações da liberdade. A experiência ensina aos povos fortes um outro caminho, que os leva, sem aqueles inconvenientes, à mesma finalidade: é o da *dominação econômica*, que na interdependência, prescinde do ataque de frente à soberania política. Os fortes passaram então a aposar-se das riquezas dos povos fracos, reduzindo-os à impotência e, pois, à submissão política. Vem, a propósito, a ponderação de Alexander Hamilton, no *Federalista*:

*Não se perca de vista que é muito mais fácil receber esquadras estrangei-*

*ras nos nossos portos e exércitos estrangeiros no nosso território do que fazê-los sair. Quantas vezes não conquistaram, os romanos, nações de que se diziam aliados e protetores? Quantas inovações não fizeram nos governos dos povos de que se diziam amigos?*

Estamos vivendo sem cuidados pela nossa conservação e expondo-nos a perigos exteriores. Não faltarão, porém, displicentes que, não querendo se dar ao trabalho de meditar sobre esses assuntos, preferirão dizer que semelhantes perigos são supostos, hipotéticos, ilusórios.

Não pode haver dúvidas acerca do que representa a Amazônia nas suas possibilidades em matérias-primas, vegetais, animais, biomassa, minerais e hídricas.

O interesse sobre a Amazônia no exterior esconde propósitos políticos a que é preciso dar a devida atenção, pois significam perigo e exigem políticas e estratégias capazes de impedir que se transformem em realidade muito amarga para o Brasil.

A Amazônia é considerada como espaço aberto ideal para: a) receber excedentes populacionais

de outras nações; b) produzir alimentos; c) fornecer matéria-prima vegetal, animal e mineral; d) garantir a reserva da base genética e de abastecimento de água potável tão escassa no mundo.

A defesa da Amazônia pelo Governo Imperial, com destacada atuação do Conselho de Estado, é um dos mais importantes episódios da história do Brasil.

A atuação do Conselho de Estado e do Governo Imperial deve servir de exemplo para os dirigentes brasileiros, neste início do século XXI, por colocarem os interesses nacionais brasileiros acima dos interesses de outras nações, garantindo, portanto, a soberania nacional, sem se intimidarem nem se entregarem a pretensões de alcançar níveis de países dito civilizados.

Assim como o Conselho de Estado no Segundo Reinado, os brasileiros, em especial aqueles que são responsáveis pelo funcionamento do aparelho de Estado, devem acompanhar, com atenção, as manifestações sobre a Amazônia.

Os brasileiros não têm o direito de serem toma-

dos de surpresa, de serem ingênuos, de acreditar nas boas e fantásticas propostas com relação à Amazônia, pois que apenas ao Brasil compete decidir os destinos da região.

O cerco à Amazônia e também ao Pantanal, nesse momento em que se comemora os 500 anos, é crescentemente fortalecido. Decisões sobre a região são tomadas sem que o Brasil delas participe ou mesmo as aceite.

Faz-se importante notar o quadro jurídico que está sendo construído, de modo a cercar a Amazônia e construir uma jurisprudência que proporcione a *legitimidade* necessária aos interesses estrangeiros e retire do Brasil a soberania sobre a região.

Uma variada gama de estatutos é criada por iniciativa de nações que ambicionam as riquezas da região. Dentre elas, citamos: direitos humanos e territoriais dos índios da Amazônia; fiscalização de incidentes por estrangeiros; reconhecimento de nações indígenas; preservação da riqueza ecológica para proteger o meio ambiente para o futuro da humanidade; eliminação

de fronteiras quando se trata de questões ambientais (dos países não industrializados); preservação da Amazônia para a humanidade; e muitos outros.

***Faz-se importante notar o quadro jurídico que está sendo construído, de modo a cercar a Amazônia e construir uma jurisprudência que proporcione a legitimidade necessária aos interesses estrangeiros e retire do Brasil a soberania sobre a região.***

No atual momento histórico a Amazônia corre sérios riscos. Riscos de ordem territorial e patrimonial. No que se refere ao patrimônio, aí incluso os recursos naturais de toda ordem, já se costuma questionar se o País tem autonomia para tomar decisões soberanas. Se não houver uma postura firme, como as que foram tomadas pelo Conselho de Estado, em algum tempo, a autonomia e a soberania sobre parte do território poderão deixar de existir. A perda de soberania sobre parte do território faz parte do desdobramento que se segue à perda da soberania sobre a dimensão patrimonial. ☉

**BIBLIOGRAFIA**

- BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: Planetarização e Moratória Ecológica*. Editora Universidade Paulista e Fundação Cultura. Centro de Recursos Educacionais.
- CARRASCO, Lorenzo Bazúa, *La ilustración y el neopaganismo ecológico contra el cristianismo*, Benenguelli - vol. 8, nº 1, quarto trimestre de 1994.
- \_\_\_\_\_. *Depoimento perante a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Internacionalização da Amazônia*, em 20 de agosto de 1991.
- \_\_\_\_\_. Diversos artigos publicados no jornal *Última Hora*, em abril, maio e junho de 1989.
- COLBY, Gerard & DENNET, Charlotte. Harper Collins. 1995.
- EUA. *Thy Will be Done. The Conquest of the Amazon: Nelson Rockefeller and Evangelism in the Age of Oil*.
- Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, *Nosso Futuro Comum*, Ed. Fundação Getúlio Vargas.
- GARNER, Lydia Magalhães Nunes. 1998. "A Amazônia e a evolução da jurisprudência de soberania nacional: lei das gentes e das nações à lei internacional." In *Cadernos de Estudos Estratégicos*. Centro Brasileiro Estudos Estratégicos. Rio de Janeiro.
- MEADOWS, D. H, et alii, *Limites do Crescimento*. Editora Perspectiva.
- MESAROVIC, Mihajlo e PESTEL, Eduard. *O Segundo Informe ao Clube de Roma*. Editora Agir.
- MINNICINO, Michael J, *Las satánicas reformas educativas, conspiración de la Nueva Era contra el cristianismo*. Benenguelli - vol. 9, nº 1, 1º trimestre de 1994.
- MATTOS, Adherbal de Meira *Amazônia: Pressões e Desenvolvimento*.
- MATTOS, Carlos de Meira. *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*.
- MONTEIRO, Raimundo Guarino, VANDELLI, Nelsimar de Moura. *Missões Religiosas na Amazônia*. Leitura Suplementar - Escola Superior de Guerra. 1995.
- Problemática da Amazônia*. Editora Casa do Estudante do Brasil.
- PEREIRA, Osny. *Desnacionalização da Amazônia*.
- REIS, Arthur César Ferreira. *A Amazônia e a Cobiça Internacional*.
- dos SANTOS, Jorge Calvario. *Interferência Cultural das Novas Ideologias*. Monografia - Escola Superior de Guerra. 1994.
- TINBERGEN, Jan (Coordenador), *Para uma Nova Ordem Internacional: 3º Informe ao Clube de Roma*. Editora Agir.

*“Sei que morro, mas o meu sangue e o de meus companheiros servirão de protesto solene contra a invasão do solo de minha Pátria.”*

*Ten Antônio João, ao responder o ultimato do inimigo*